

Mesa Redonda: Economia

Documento Síntese

Local do Evento: São Paulo

Data: 03 de abril de 2013

Horário: 14:30 – 18:30

Expositores:

André Lara Resende: Economista pela PUC-Rio com Phd em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology – MIT. Foi diretor do Banco Central do Brasil, negociador chefe da dívida externa e um dos integrantes da equipe econômica que elaborou o Plano Real. Foi presidente do BNDES no governo FHC (abr.1998 a nov.1998).

Pedro Luiz Barreiros Passos: Empresário, graduado em Engenharia de Produção pela Poli/USP e em Administração de Empresas pela FGV. É copresidente do Conselho de Administração da Natura, presidente do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e vice-presidente do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Mediador:

Ricardo Abramovay: Professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA-USP e do Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e coordenador do Projeto Temático FAPESP sobre Impactos Socioeconômicos das Mudanças Climáticas no Brasil. Autor do livro *Muito Além da Economia Verde* (2012).

Conselheiros do IDS presentes:

Marina Silva, Maria Alice Setúbal, Gisela Maria Moreau, Guilherme Leal, João Paulo Capobianco.

Convidados:

José Eli da Veiga: Agrônomo, especialista em desenvolvimento econômico e social, é professor do Departamento de Economia da FEA-USP, coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental – NESA da USP e pesquisador associado do “Capability and Sustainability Centre” da Universidade de Cambridge. É colunista do Valor Econômico e da revista Página22.

Samir Cury: Engenheiro e Doutor em economia. Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV/SP.

Ciro Salles Sobreira Pirajá: Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, Brasil (1998). Assessor Pleno do Banco Central do Brasil.

Marcos Vinícius de Campos: Doutor em Direito Econômico pela USP e Mestre em Administração pela FGV-SP e ESSEC/França. Professor Titular da Faculdade de Direito da Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP/SP.

Pedro Picollo: Sociólogo, estudante de Direito e pequeno empresário do ramo alimentício. Militou e milita em causas e movimentos, dentre as quais: estudantil, economia solidária, juventude, contra corrupção, em defesa dos direitos animais. Tem atuação junto ao Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR).

Pedro Wilson Leitão Filho: Doutor em Pensamento Político e Social e diretor presidente da Trama Projetos e Consultoria.

Equipe do IDS:

Bazileu Margarido, André Rodolfo de Lima, Felipe Staniscia e Mariana Vilhena Bittencourt.

INTRODUÇÃO

O Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS promoveu, no dia 03 de abril de 2013, mesa redonda para discussão do cenário e rumos da economia brasileira, valendo-se da disponibilidade do economista André Lara Resende e do empresário Pedro Passos na exposição de suas visões acerca do tema. A conversa ocorreu sob a mediação de Ricardo Abramovay, e contou com a participação de Marina Silva, Guilherme Leal, demais conselheiros do IDS e convidados. O evento buscou explorar a relação entre a economia nacional na atual conjuntura e as perspectivas de longo prazo para o desenvolvimento do Brasil, pensado de forma sustentável e intergeracional.

Assim, através do debate, procurou-se identificar parâmetros de uma política macroeconômica a ser seguida para a consecução dos objetivos estratégicos de longo prazo do Brasil, a partir do cenário atual de pressão inflacionária, influenciada por fatores como o aumento do consumo de classes mais baixas e a redução da taxa de juros.

Embora não tenha sido definida uma estrutura de tópicos rígida para as exposições e o debate, procurou-se, no presente documento, sistematizar a informação de forma a evidenciar as opiniões sobre os principais temas da conjuntura macroeconômica brasileira.

Pedro Passos estruturou sua apresentação de acordo com os principais desafios identificados pelo setor industrial em relação à economia brasileira. Neste sentido, foram cobertos os seguintes tópicos: (i) Produtividade e Competitividade da Economia Brasileira, (ii) Investimento em infra-estrutura, (iii) Controle de gastos governamentais, (iv) Reforma do Sistema Tributário, (v) Mudança na orientação da Política Industrial, (vi) Integração às Cadeias Produtivas Globais, (vii) Redução da Burocracia, (viii) Incerteza Jurídica (ix) Legislação Trabalhista.

Já André Lara Resende apresentou um panorama geral evidenciando o esgotamento do modelo econômico atual. Posteriormente, de forma a se aproximar à realidade brasileira, o economista dividiu sua análise em: (i) um nível mais superficial da política macroeconômica, focada no curto prazo e relacionada ao uso de ferramentas para a manutenção da estabilidade econômica; e (ii) um nível mais aprofundado, temas relacionados ao ambiente de negócios no país e à implantação de reformas relevantes para a competitividade do Brasil.

No debate que se sucedeu às apresentações, Ricardo Abramovay se aprofundou nos pontos comuns levantados pelos expositores e fazer um contraponto com decisões políticas adotadas no país. Seu raciocínio culminou em questões norteadoras da discussão, com participação dos expositores e convidados. A discussão foi finalizada com a tentativa de traduzir as opiniões em um alinhamento estratégico e operacional para o rumo econômico do Brasil.

PARTE I – Exposições

Pedro Passos

Na abertura, Pedro Passos apresenta o que considera os principais problemas relacionados ao desenvolvimento do país desde o ponto de vista empresarial. Em sua opinião, há um evidente esgotamento do modelo de desenvolvimento através do estímulo do consumo, e não se verificam movimentos consistentes dos governantes em mudar isso. Em lugar de reformas estruturantes que poderiam conferir ao Brasil maior produtividade e competitividade no cenário internacional, aproveitando as oportunidades existentes, o Governo tem adotado medidas tópicas de curto prazo para “liderar” o crescimento econômico e conter a inflação.

O empresário demonstra preocupação pelo que acredita ser um incentivo político-eleitoral para manter o sistema da forma como está e buscar uma permanência no poder. Estaríamos “esticando a corda” no uso de instrumentos que aumentam o impacto de seu rompimento mais adiante, numa analogia às bolhas de derivativos, ativos imobiliários ou gestão de risco. Assim, Pedro Passos lista o que considera os principais problemas da economia nacional:

(i) Produtividade e Competitividade da Economia Brasileira

O Brasil é um dos países mais caros do mundo. À exceção de algumas matérias-primas, que ainda contamos com custos reduzidos, o país é pouco competitivo na maioria dos setores da economia. E, na opinião do empresário, a melhoria da competitividade de forma sustentável passa, necessariamente, pela educação em todos os níveis. Não apenas a educação de base, mas educação superior oferecida na academia, onde considera que as estruturas de ensino são, por vezes, excessivamente conservadoras.

A educação deve ser estimulada não apenas no âmbito da qualidade de vida, no acesso a oportunidades, mas também vinculada à economia. É preciso promover a efetiva integração entre a academia e o mundo empresarial, valorizando a inovação.

(ii) Investimento em Infraestrutura

Pedro Passos vê grande defasagem nos investimentos que poderiam representar estímulo ao crescimento e à produtividade. A baixa taxa de poupança, o conseqüente limitado investimento privado, e os problemas de gestão pública na seleção de projetos adequados para suprir a demanda por infraestrutura no país, geram um cenário muito preocupante, cujos impactos já são evidentes na balança comercial e no desempenho fiscal do Governo.

Neste sentido, é preciso criar condições reais para que a iniciativa privada nacional e internacional atuem como investidores. A recente tentativa do Governo de fixar a taxa de retorno para concessões de rodovias e ferrovias em reduzidos 6%, por exemplo, vai na contramão da importância de tais projetos para o desenvolvimento nacional.

(iii) Controle dos gastos governamentais

O custeio governamental cresce em ritmo superior ao Produto Interno Bruto – PIB e não há sinalização de que essa situação será atacada. Não se trata apenas de corte de gastos públicos, mas da adequação destes ao ritmo de crescimento econômico. Pedro Passos acredita que deveria haver uma estratégia de longo prazo indicando flexibilidade para enfrentar eventuais crises, e uma sinalização de médio prazo de uma meta de gastos em relação ao PIB.

(iv) Reforma do Sistema Tributário

O sistema tributário nacional criou complexidades e inseguranças. A constante instituição de impostos adicionais e tributos em cascata resulta, inclusive, em dificuldade de se apurar qual a real carga tributária atrelada a determinada atividade.

(v) Mudança de orientação na Política Industrial

Passos observa que não é clara a orientação estratégica do país para o setor industrial. Não sabemos onde queremos chegar em 10 anos. Ações como a desoneração do produto final para incentivar o consumo (ex. IPI de automóveis e linha branca), além de incentivos setoriais e localizados, vão na contra mão dos ganhos reais de competitividade e da redução efetiva de custos nas cadeias produtivas. Medidas de desoneração seriam muito mais efetivas se aplicadas à base das cadeias produtivas, cujo efeito em diversos setores seria muito maior.

As próprias barreiras de importação acabam funcionando como medidas tóxicas, demandadas por setores que se concentram em oligopólios, não refletindo pano de fundo estratégico de ganhos de competitividade sustentáveis. O resultado é a geração de déficit na balança comercial brasileira quando tais barreiras deixam de existir. A solução, em sua opinião, passa por uma reorientação de custos, envolvendo a abertura do mercado nacional às matérias-primas importadas como forma de forçar uma evolução em termos de produtividade e de controlar margens de lucros oligopolistas. Para tal, obviamente, é necessário investimento nesses setores para que se tornem realmente competitivos.

Por fim, o Brasil tem uma Política Industrial omissa em relação à sustentabilidade, desperdiçando inúmeras oportunidades de inovação no desenvolvimento de alternativas de energia, mobilidade, transporte urbano, entre outros.

(vi) Integração às Cadeias Produtivas Globais

O Brasil abandonou a construção de novos acordos comerciais relevantes. Adicionalmente, levando-se ao extremo, o país alimenta o mercado mundial com matérias-primas e abastece o aumento de consumo de produtos industrializados com bens importados. Isso mostra que o país não se preparou estruturalmente para a incorporação de mais de 50 milhões de cidadãos ao mercado consumidor, e este cenário não parece estar no foco das preocupações da atual equipe que conduz a Política Econômica.

(vii) Redução da Burocracia

A burocracia é enorme no Brasil e os processos não contam com a celeridade necessária para garantir atratividade ao investimento e competitividade. Além disso, há claro desalinhamento de incentivos em diferentes áreas, como ambiental, construção ou varejo, por exemplo.

(viii) Incerteza Jurídica

O alto nível de incerteza jurídica também é elemento de grande impacto negativo no ambiente de negócios no país. Um exemplo é a tributação de lucros de empresas brasileiras no exterior, controvérsia que está sendo levada ao Supremo Tribunal Federal – STF por não haver concordância entre a Receita Federal e os advogados.

(ix) Legislação Trabalhista

A complexidade jurídica se estende para a legislação trabalhista e a sugestão seria simplificar essa legislação, sem claro, diminuir os direitos dos trabalhadores.

André Lara Resende

André Lara Resende afirma que há um esgotamento do modelo econômico, não só brasileiro, mas mundial, que balizou a ideia de desenvolvimento no século XX. Um dos elementos evidentes de tal esgotamento é, sem dúvida, é o fato de nos aproximarmos dos limites físicos do planeta. Frente a essa realidade, as pessoas geralmente adotam duas posturas distintas. De um lado, os otimistas, que acreditam que o progresso tecnológico resolverá essa questão em seu determinado tempo. De outro, os pessimistas, inspirados pela teoria *Gaia* de James Lovelock e suportados pelas teorias de crescimento demográfico, que consideram que a questão dos limites físicos do planeta não tem solução.

Por trás da primeira corrente, há um mito da modernidade de que sempre é possível vencer a adversidade, enquanto por trás da segunda corrente há uma crença inexorável de que já não há muito a ser feito. André acredita que há um meio termo que deve ser o pano de fundo para a discussão de um novo modelo econômico e social. Sem grandes rupturas, já que estas se mostraram trágicas ao longo do século XX, devemos aprender a gerir o atual modelo de forma a conduzi-lo a uma posição diferente, uma visão de onde queremos chegar. Essa transição gradual passa pela melhoria da qualidade de vida e pela solução de problemas que são evidentes no modelo atual.

Trazendo essas noções à realidade brasileira, André Lara Resende acredita haver dois níveis de discussão da Política Econômica: (i) um nível superficial, da política macroeconômica de curto prazo, que é a necessidade de se mexer nos parâmetros da economia nacional quando as mudanças contextuais o exigem. Mativeram o modelo do “tripé” - juros flutuantes, câmbio flutuante e superávit fiscal, que mostrou-se efetivo por algum tempo, mas não se soube operar as mudanças necessárias quando a conjuntura o demandou. As tentativas recentes não indicam que estamos num caminho correto, sendo, inclusive, afetadas pela busca de dividendos eleitorais.

Há também um (ii) nível mais aprofundado, lidando com questões que nenhum governo até então obteve êxito, como custeio, Política Tributária, regulação disfuncional, baixa taxa de poupança e legislação trabalhista/previdenciária. Neste âmbito, André Lara Resende afirma que todos os principais pontos foram cobertos na exposição de Pedro Passos, como o custo do governo, política tributária e regulamentação excessiva como parte da burocracia.

O economista dá especial ênfase à questão dos investimentos, tendo como referência o modelo de neoclássico de crescimento econômico de Solow-Swan. Segundo este modelo, países que estão na fronteira tecnológica crescem quase exclusivamente em função de progresso tecnológico, enquanto que em países aquém desta fronteira, como nosso caso, o crescimento é função da taxa de poupança e de investimento. O Brasil pretende crescer, mas sua taxa de poupança é baixíssima, diferentemente dos emergentes que mais crescem, cujo maior exemplo é a China. O problema de baixa poupança privada, que sempre existiu no Brasil, impactada pelo histórico de instabilidade monetária, é agravado pelo desinvestimento público. No século passado, os períodos de crescimento do Brasil basearam-se na poupança forçada pela inflação, investimento público e poupança externa. Assim, esses momentos de crescimento acarretam déficit em conta corrente e, como consequência, crise na balança de pagamentos, considerada gravíssima, mas ignorada pelo Governo.

André Lara Resende ainda destaca as onerosas legislações trabalhista e previdenciária brasileiras, que ainda se pautam numa lógica sindicalista da Era Vargas e, conseqüentemente, encarecem brutalmente os custos de mão de obra. Aliadas com a insegurança jurídica e a questão tributária, estes fatores criam enormes barreiras competitivas para o país.

Reforçando essa questão, o economista ressalta a importância da criação e sustentação de mercados realmente competitivos. Este modelo não é oriundo de uma política de livre mercado, mas de uma compreensão profunda de seu funcionamento e da definição de regras claras para garantir sua eficiência. Segundo ele, o PT caminhou na direção oposta e criou grandes oligopólios ou monopólios nacionais, o que era de interesse dos empresários favorecidos neste contexto. A redução da concorrência em todos os setores acabou sendo estimulada pelo próprio Governo, com políticas como a dos “grandes campeões nacionais”.

No encerramento, retomando alinhamento com a introdução relativa ao esgotamento do modelo econômico atual, André Lara Resende lembra a omissão em relação ao tema da sustentabilidade. Há grande dificuldade na própria compreensão deste conceito e, maior ainda, na forma de incorporá-lo às diretrizes econômicas estratégicas, correndo-se um risco de cair numa ingenuidade romântica da sociedade ou na hipocrisia marcante de alguns setores empresariais.

PARTE II – Debate

Proposta de Debate

Na abertura do debate, Ricardo Abramovay faz uma síntese de pontos comuns e divergentes nas duas exposições, culminando seu raciocínio em algumas questões norteadoras.

Inicialmente, ambos estão de acordo que há um problema na visão estratégica do governo, que assume como sendo sua atribuição criar as condições para o crescimento e, mais do que isso, ser um protagonista direto desse processo. Ao mesmo tempo, avalia-se que este papel não está sendo bem articulado e que, portanto, este modelo de crescimento não dará certo. Por outro lado, há o exemplo da China, cujo crescimento, oposto ao que muitas pessoas imaginam, teve impulso à margem do Estado, através de empresas comunitárias quase

clandestinas, sem segurança jurídica. Somente após este impulso, os dirigentes do Partido Comunista apropriaram-se deste quadro, através de uma readaptação legal e criação de um cenário favorável.

Falando especificamente no atual estágio de desenvolvimento do país, e fazendo um paralelo com o ocorrido sobretudo na Europa na segunda metade do século XX, onde o crescimento veio acompanhado do aumento na oferta de bens públicos e bens coletivos, o Brasil notabiliza-se por criar soluções fundamentalmente individuais para organização da vida econômica. Políticas de habitação e mobilidade, por exemplo, priorizam as decisões individuais, e sistemas coletivos fundamentais, como saneamento básico, são deixados de lado.

Por último, Abramovay destaca a questão do pré-sal e a falta de aderência entre os investimentos previstos nesta área e os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil, estes alinhados com iniciativas ao redor do mundo de incentivo à energia renovável e aos questionamentos em relação ao valor de mercado das grandes empresas petrolíferas.

A partir deste contexto, as questões resultantes podem ser assim definidas:

- 1- É fundamental o Governo estar no papel de protagonista direto do processo de crescimento?
- 2- A ênfase do processo de crescimento na melhoria de bens públicos e sistemas coletivos poderia ser um caminho para o crescimento brasileiro robusto? Ou isso é no fundo um detalhe de pouca importância relativa?
- 3- Questões como a do pré-sal são pontos fundamentais a serem discutidos? Se afirmativo, como fazer disso a base para um conjunto de propostas que possa marcar uma real diferença em relação ao que está sendo predominante até aqui?

Resposta dos Expositores à Proposta de Debate

André Lara Resende discorre sobre o protagonismo do Governo no crescimento. Em sua opinião, a segurança jurídica é de grande importância para o crescimento. Outro fator citado é a necessidade de eficiência nos processos burocráticos, neste caso citando a China como um exemplo.

Em relação ao modelo de crescimento, afirma que o que procuramos pós século XX deveria combinar a ideia de comunidade a coisas mais afáveis, com um crescimento voltado mais à qualidade de vida e menos ao consumo material. O papel do Governo, nesta linha, seria o de fazer regras corretas e reduzir seu papel de liderança, representar efetivamente a sociedade.

O economista acredita que é possível crescer fora dos paradigmas tradicionais dos países desenvolvidos. Enquanto a maioria destas nações cresceu seu consumo brutalmente, para então focar em serviços, nosso país possui as características para ser uma sociedade que pode enriquecer através de educação, saúde, cultura, divertimento, esporte, música.

Por fim, é mencionado o pré-sal como um grande equívoco, fora de hora, com riscos gigantescos, custos elevados, entre outros problemas. Segundo sua visão, são erros muito similares aos praticados durante a ditadura militar.

Pedro Passos segue no mesmo caminho de André Lara Resende em relação ao protagonismo do Governo no crescimento, dando como exemplo o início do Governo Lula, quando incentivos como maior acesso ao crédito produziram impactos muito relevantes.

Em relação ao modelo de crescimento, o empresário considera que deve-se tomar cuidado para não falar de Brasil como uma ilha, dado que somos parte do mesmo jogo global. Portanto, na hora que criamos ofertas que só atendem a nós ou a demandas específicas, pode haver retrocesso. Assim, sem perder essa visão global, há uma marca “Brasil” que pode ser desenvolvida, uma cultura própria de desenvolvimento. Mas não se sabe se neste processo é possível pular etapas, mas em algumas estamos perdendo a oportunidade de evoluir, tais como a tecnologia de informação, biotecnologia, etc.

Em lugar disso, o país defende a chamada indústria tradicional (automóvel, aço, bens de consumo) e a sua participação no PIB. Para ele o propósito do crescimento e a direção do crescimento é a desmaterialização do consumo, já que o processo de valorização dos serviços para outra dimensão está passando pela integração entre os setores. Hoje, quando se vende um celular, não se vende um produto, mas o acesso à informação. A fragmentação entre serviço e indústria tradicional é um erro no acompanhamento da realidade, porque estamos monitorando a coisa errada.

A própria complexidade do Brasil, incluindo as diferenças sociais, leva a um desconhecimento de soluções que não passem por uma maior diversificação da economia envolvendo serviços, indústria e integração internacional. Em lugar de promover essa integração entre setores e atividades estratégicos, o país canaliza os baixos investimentos na melhoria de sua condição de país exportador de commodities e viabiliza projetos como o pré-sal, considerado um risco absoluto, em vistas aos esforços para redução da dependência dos países desenvolvidos em relação ao petróleo.

Andre Lara Resende compartilha essa ideia, afirmando que os investimentos, como por exemplo em corredores de exportação rodoviários, estão concentrados nos setores produtores de commodities. Mas, se você redirecionar uma fração desses recursos para o saneamento básico ou para a educação, muda completamente o cenário econômico.

Participação dos Convidados

Acompanhando o que foi dito, Ricardo Abramovay questiona se há, no meio empresarial, noção do quão ameaçadora é a abordagem de garantir competitividade através desse suporte a oligopólios, sem que se promova a real inovação. Criou-se uma dinâmica de baixo risco a esses grupos, que sabem que o Governo estará disposto a “segurar a onda”.

Guilherme Leal afirma que há desconfiança crescente neste modelo, mesmo dentre seus beneficiários. Dado um cenário macroeconômico sem grandes “sustos”, garantido por alto

nível de emprego e consumo, mantém-se a popularidade da presidente e seguimos adiante em velocidade muito aquém das possibilidades. Com esse cenário, o empresariado, de uma maneira geral, começa a olhar e pensar que há a necessidade de se construir uma visão de longo prazo, de que algo terá que mudar.

Maria Alice Setubal, retomando a questão da competitividade e do inchaço do Governo, questiona, desde o ponto de vista da educação, até que ponto o Estado pode se ausentar, liberando espaço para que o mercado atue mais livremente. Num país ainda marcado pela desigualdade, se não se tem um funcionalismo público para tais serviços, como garanti-los? João Paulo Capobianco reitera este papel estatal, lembrando as dificuldades de se fazer presente nas principais questões ambientais, como controle do desmatamento na Amazônia, se não há uma governança, um poder público de presença marcante.

André Lara Resende esclarece que, em sua visão, o problema é o avanço do Estado sobre a liberdade individual. No entanto, essa discussão fica sempre associada à ideia de uma proposta de redução do Estado, de deixar as deficiências de todas as áreas relacionadas aos bens públicos para que sejam resolvidas pelo mercado ou a livre iniciativa. Mas isso não é verdade, o que nós precisamos é de uma boa concepção de governo. Isso não quer dizer quantidade e sim qualidade das pessoas que integram o quadro, que precisam estar preparadas para exercer suas funções. Quando há um custeio governamental tão elevado, ao mesmo tempo em que se constatam as deficiências que temos, é sinal que algo está errado.

Ou seja, os problemas são majoritariamente administrativos. Se há concepção correta do o que precisa ser feito, o objetivo é que as ações sejam bem implementadas. O que nós queremos? Qual é o objetivo? É também fundamental definir o como fazer, saber primeiro qual é o programa, qual é o projeto, e como implementar tudo isso.

Em sua visão, a ideia de parcerias ou de terceirização, se for bem feita, é muito boa. Isso em todas as áreas. As políticas públicas no Brasil precisam controlar a qualidade dos serviços prestados. A ideia de bem estar social é legítima, mas ela não tem relação direta com o tamanho de Governo e peso do Estado. Há, sim, correlação entre bem estar social, rede social e qualidade de vida.

Por outro lado, Ricardo Abramovay complementa dizendo que, em seu último livro, *“Violência e Ordem Sociais”*, Douglas North mostra como os países mais desenvolvidos são países em que o peso do estado em termos econômicos é maior. E no penúltimo livro do Jeffrey Sachs, ele discute questão da pobreza e mostra justamente que uma nação capitalista avançada que tentou recuar com em relação ao modelo de bem estar social, é a que está em piores condições sociais hoje.

Marina Silva se manifesta de forma transversal aos vários temas abordados e se posiciona pela existência de um Estado necessário, conforme escrito por Luiz Carlos Bresser-Pereira. Isto significa um Estado capaz de garantir um nível de presença, como nas situações da educação citado por Maria Alice Setúbal e do meio ambiente citado por João Paulo Capobianco, porém que não seja um provedor exclusivo. Reforça-se a ideia do que ela chama de um Estado Mobilizador, que incita as forças vivas da sociedade no sentido de fazer, por exemplo, que o

empresariado possa produzir seu melhor na perspectiva de interesse público, ao mesmo tempo em que não abandona tudo nas mãos do mercado.

A respeito da desmaterialização do consumo, Marina Silva afirma que isso já está acontecendo, pois, de alguma maneira, estamos numa situação de extrapolar os limites do planeta, originando deslocamentos. Esses deslocamentos podem ser o indício de uma nova forma de prosperidade construída numa base comum em que todos podem desenvolver as nossas potencialidades, e, ao mesmo tempo, ter aquilo que nos dá igualdade de oportunidade. Marina Silva ainda lembra que esse é o momento da história em que estamos criando coisas de forma interativa e, dessa capacidade de criar processos interativos, é possível fazermos esses deslocamentos da cultura do “ter” para a cultura do “ser”. Ver a sustentabilidade não apenas como uma maneira de fazer e sim uma maneira de ser.

José Eli da Veiga resgata o entendimento das ações do governo atual e fala sobre a necessidade do grupo ter uma visão comum sobre o tema. Retomando a possibilidade levantada por André Lara Resende de uma transição mais rápida do Brasil a uma economia essencialmente de serviços, o Professor considera que seria um desastre, dada nossa baixa produtividade e a necessidade de elevação para fazer parte de mercados globais.

Em referência ao papel do Estado no desenvolvimento do setor privado, pareceu para ele, dados os posicionamentos até o momento, que o governo está desorientado, sem estratégia, que está tratando os empresários de forma individual, o que não concorda. O Governo vem ouvindo associações empresariais e, aparentemente, apoiando ferrenhamente suas demandas, como no caso das reduções de tarifa e mudança no regime de concessões do setor elétrico.

Ademais, apesar das ações eleitoreiras da Presidente dos últimos tempos, é possível ver que o núcleo do governo, incluindo o Ministro da Fazenda e outros, tem um pensamento comum que não tem nada a ver com a China, mas tem sim a ideia de que o Brasil poderia imitar o exemplo da Coreia do Sul, que emergiu do subdesenvolvimento.

José Eli da Veiga afirma que esse alinhamento ao modelo coreano pode ser observado nas ações do BNDES, trazidas seu atual presidente, porém adaptadas a um país com ampla disponibilidade de recursos naturais, diferentemente do país asiático.

Ricardo Abramovay faz um contraponto de que o modelo coreano mostra-se diverso no sentido de que era baseado na inserção no mercado global através da inovação industrial e não em commodities.

Samir Cury insiste nas diferenças em relação de nosso país em relação à Coreia do Sul, dadas as profundas diferenças de condições. O dinamismo de China, Coreia, Taiwan e Malásia se deslocou do mundo. E pergunta: esse modelo asiático estaria esgotado ou é a forma como o capitalismo é exercido nesses países? Esses países têm pontos em comum como: períodos de autoritarismo, investimento americano, modelo de meritocracia, competição extrema em todos os níveis e ausência de modelo de bem estar social, sendo este último diretamente refletido nas altas taxas de poupança dessas nações.

Em função dessa linha de pensamento Samir Cury faz uma provocação: talvez o esgotamento que foi colocado não diz respeito ao desgaste do modelo das democracias ocidentais representativas, nas quais parece que não existe limitação de recursos para acomodar os sistemas políticos?

André Lara Resende discorre sobre as colocações de José Eli da Veiga e Samir Cury, concordando que há uma única linha estratégica do Governo, relacionada ao presidente do BNDES, em modelo que, em sua opinião, difere consideravelmente dos modelos asiáticos. No Brasil, o que acontece é um modelo liderado pelo Estado, com o Estado induzindo e dirigindo, como ocorreu nos anos 70, durante o regime militar..

Na sequência, compara o projeto de Governo do PT e o modelo Peronista na Argentina. Tal país era muito rico após a 2ª Guerra Mundial, com reservas internacionais que somavam valor superior ao investido no Plano Marshall. Perón, então, ocupa o Estado com o sindicato, com sua lógica que é oposta à do bem estar do Estado. O eleitorado pobre é “comprado” com benesses demagógicas e dinheiro, associado a uma liderança carismática. Na ponta oposta está o empresariado, para o qual o discurso é que todos os negócios do país vão passar pelo governo, ou seja, quem quiser fazer negócio, terá que fazer desse jeito e quem não fizer será excluído. Entende o economista que o empresariado não é interlocutor, mas sim um ator que tem interesses individuais mas não propostas coletivas de políticas públicas. O governo, nesse cenário, não deve ser contra o empresariado, mas sim criar condições para que os melhores empresários trabalhem e que, como resultado, o país seja beneficiado. Este tema alinha-se com a colocação de Marina Silva em relação ao Governo mobilizador, que congrega os diversos setores da economia na promoção do bem social.

Respondendo à provocação de Samir Cury, André Lara Resende afirma que não se trata apenas de um esgotamento do modelo econômico, há também uma percepção da sociedade, próximo do que o que foi dito por Marina Silva. Os países que já estão na fronteira tecnológica não têm mais como crescer seguindo o mesmo modelo, como comprova a estagnação do Japão e as crises europeia e americana. Essa é tese do economista Robert Gordon, que o novo progresso tecnológico é muito menos indutor do crescimento do que foi o progresso tecnológico das revoluções industriais do século XIX, que se esgotaram nos finais dos anos 70, 80 do século passado.

Agora quem não está na fronteira claramente pode crescer, mas qual é modelo pra crescer muito e rapidamente? Esse sim é o modelo coreano, o modelo asiático, o modelo chinês. Esse modelo traz uma política de controle, de grande coerção política, de competência burocrática, de meritocracia, de competição no setor privado e de inovação. Nesse modelo você precisa ter foco na educação e, aí sim, o país vai crescer e vai crescer rápido.

Para André Lara Resende a grande questão hoje é a seguinte: é preciso ir até a fronteira tecnológica para então questionar o esgotamento do modelo ou antes de atingir essa fronteira é possível começar a se adaptar a esse modelo cultural diverso? Em sua opinião, não é necessário. É possível fazer uma transição para uma economia de serviços, com foco em produtividade, como questionado por José Eli da Veiga, desde que se trabalhe alguns pontos.

Ainda segundo o economista, para aumentar a produtividade, a qualidade da educação é fundamental, e pode ser atingida através de investimentos corretos nesta área. E o setor de serviço num país como o Brasil cabe em todos os setores. Assim, em vez de ser um país exportador de commodities, o Brasil seria um país exportador de serviços, por exemplo, turismo, futebol, alegria de vida. Entra aqui também a questão da segurança que também é fundamental. Afinal, o Estado deve zelar pela segurança, o que não acontece hoje. Segundo os debatedores, se a segurança for reforçada, você terá maior produtividade e interatividade, em especial no setor de serviços.

Ricardo Abramovay busca sistematizar a discussão, colocando o conceito da economia da partilha, capa da *The Economist* por três meses seguidos. Quando uma organização de carros compartilhados, por exemplo, faz com que existam menos carros na rua, economicamente, no curto prazo, isso pode ser um prejuízo. Entretanto, no longo prazo, visando ao bem estar comum, o resultado será positivo.

Ciro Pirajá retoma dois pontos anteriores da discussão, referentes ao ambiente regulatório nacional. (i) A legislação trabalhista: custos de produção são altos, fruto das políticas sociais, do aumento do salário mínimo, etc. Devemos ter a regulamentação trabalhista, em que modelo?; e (ii) o papel das agências reguladoras no Brasil amadureceu pouco, ainda que deveriam ser as indutoras do desenvolvimento. A evolução da regulação passa por esse amadurecimento. Para ele, não adianta copiar as melhores práticas, mas sim desenvolver uma prática conjunta e específica. Hoje o Brasil vive um momento de nó na regulamentação e para compreender o problema é preciso responder à pergunta: a gente sabe qual o viés que nós queremos da regulamentação no Brasil?

Na visão de André Lara Resende, deve haver regulamentação trabalhista, para evitar o que foi o capitalismo no final do século XIX, uma coisa bárbara. Entretanto, o fato de os encargos serem aplicados sobre a folha de trabalho, encarece a mão de obra. Um segundo ponto é a flexibilidade que deve haver na legislação trabalhista, não se atendo a uma estrutura rígida e inviabilizadora da economia.

Já as agências reguladoras morreram antes de existir, pois representam uma ideia, um conceito, que o PT não gosta. Seria importante que as agências reguladoras atraíssem bons profissionais, mas a porcentagem de estudantes das melhores faculdades do país que objetiva trabalhar no setor público ou agências regulatórias é muito baixo. Não há cultura regulatória no Brasil.

Por fim, André Lima complementa com a questão da desregulamentação ambiental e, em particular, das discussões sobre a regulamentação do setor minerador. Essas ações têm impacto direto nos rumos da economia quando falamos de um país, por um lado, exportador e com grande disponibilidade de recursos naturais e, por outro, que busca preservação ambiental e avanços tecnológicos.

PARTE III – ENCERRAMENTO

Considerações Finais

João Paulo Capobianco identifica esse momento como chave para definição da agenda do IDS no que tange ao eixo *Economia para uma Sociedade Sustentável*, da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável. As exposições e o debate até então proposto, sugerem que devemos trabalhar em duas frentes: (i) uma estratégica, de onde queremos estar no longo prazo, se percorreremos o caminho para se chegar à fronteira tecnológica como fez a maioria dos países desenvolvidos ou se optaremos por um atalho para um novo modelo econômico; e (ii) de curto e médio prazos, de como gerenciamos a economia enquanto construímos esse caminho, fugindo de ações esporádicas, desconectadas e que atendem interesses particulares.

E, tão importante quanto, como enfrentar os desafios dentro de uma prevalente visão tradicional da economia e, ao mesmo tempo, incorporar de forma definitiva a questão da sustentabilidade. As desonerações promovidas recentemente pelo Governo Federal vão, nitidamente, na contra mão deste conceito, empurrando os problemas de hoje para o futuro.

Em completa concordância com o exposto por Capobianco, André Lara Resende acrescenta que o fundamental é operar essa economia de hoje no curto prazo a partir da concepção do longo prazo, de forma que a medida de curto prazo não esteja em contradição com esse projeto estratégico. Mas não podemos esperar um salto da noite para o dia. É um pouco o que o José Eli da Veiga disse, não devemos ter uma visão ingênua, romântica de uma mudança rápida.

O Brasil é um país continental, com grandes reservas de recursos naturais e relevante mercado, que deve explorar esse potencial, não ser apenas uma plataforma de exportação baseada no apoio a “empresas campeãs”. Se o objetivo é crescer rápido, pode-se promover um sistema de mínima estrutura institucional e indutor da poupança e de investimento. E, em sua opinião, o grande centro dessas mudanças deve ser o meio urbano, que concentra a maior parte da população e onde prevalecem práticas de planejamento arcaicas.

Guilherme Leal acrescenta que o Brasil ainda tem uma janela de oportunidade demográfica e que falta uma visão do país no contexto da crise internacional que se acentuou a partir de 2008. O que se nota, desde então, é um Governo que toma medidas pontuais, que trata pontos importantes como a desindustrialização com medidas tópicas e ultrapassadas. Não há, nem no Governo nem na oposição, essa linha estratégica de longo prazo, com conteúdo.

A sustentabilidade, que já foi colocada de forma intensa na campanha de Marina Silva em 2010, deve ser centro das discussões, obviamente envolvendo ambientes naturais, como a Floresta Amazônica, mas também o meio urbano. Entretanto, persiste uma dúvida de quem devem ser os atores envolvidos e como incorporar os limites naturais como variáveis do modelo econômico, como propõem André Lara Resende, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, entre outros.

André Lara Resende, nessa linha, afirma que, no caso de Marina Silva, não se deve perder muito tempo num desenho muito detalhado da proposta estratégica, já que há certo consenso e o que ela diz é perfeito a respeito de ambiente e desenvolvimento sustentável. Essa já tem essa visão estratégica. O importante é desenhar no direcionamento disso, ter propostas práticas de como fazer essa transição, de como caminhar para esse atalho. Propostas que, por exemplo, considerem as cidades como um novo elemento mobilizador, mostrando a

disfuncionalidade do consumismo e sua relação com os limites ecológicos e fazendo uso de ícones desse processo, como o automóvel.

Marina Silva conclui que deve-se construir essa agenda, cujo primeiro esforço é identificar as questões nas quais, investindo estrategicamente, podem ajudar a fazer uma mutação no sistema vigente. Onde precisamos modificar para produzir uma diferença significativa. É momento de se debruçar, em primeiro lugar, nisso, partindo da ideia da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável e fugindo de questões meramente eleitorais. Em sua visão, a antecipação da disputa eleitoral é muito prejudicial à nossa sociedade.

Essa agenda pode representar a sociedade brasileira com caráter de construção política, não deixando de ser, também, filosófica. A ideia é que, aos poucos, indivíduos se comprometam com ela, independente de partidos políticos. No contexto da crise civilizatória que vivemos, as pessoas buscam muito mais identificação com uma “pegada” intergeracional, que uma eleitoral.

O sucesso, nesse cenário, decorre do processo de construção e convencimento, em oposição ao Estado que se organiza para não colocar em risco o status quo, no momento em que as pessoas querem um aprofundamento das mudanças. Maria Alice Setúbal conclui destacando a importância dessa linha política de construção, sem antagonismos políticos.

Pontos a serem discutidos futuramente

- ✓ Qual o efetivo papel do Estado na promoção do desenvolvimento? Quais critérios e quais incentivos econômicos o Estado deve lançar mão para cumprir seu papel?
- ✓ Quais são as medidas de curto prazo que devem ser tomadas para que se atinja o objetivo estratégico de longo prazo de desenvolvimento sustentável? Quem são os atores e como se faz essa transição de modelo econômico?
- ✓ Há um esgotamento do modelo econômico vigente? É possível outro caminho que aquele seguido pelos países desenvolvidos em seu processo de evolução?
- ✓ O Brasil pode se desenvolver baseado no setor de serviços, sem antes atingir a fronteira tecnológica da produção industrial? Isso faz sentido para um país com as nossas condições?

Consensos e conclusões que possam ser incorporados à Plataforma

- ✓ O Governo atual ataca os problemas econômicos de forma tópica e pouco estruturante, com ausência de ações conectadas e que indiquem um planejamento estratégico de longo prazo. Há muitos incentivos a setores pouco estratégicos para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ O Brasil é pouco competitivo no cenário mundial nos setores que não contam com incentivos governamentais. Essa falta de competitividade deve ser atacada, promovendo-se revisões da legislação trabalhista, do sistema tributário, da burocracia estatal, das políticas de benefícios do Governo, entre outras.

- ✓ A educação também é chave na melhoria da competitividade do país. A academia deve conversar com o meio empresarial.
- ✓ A sustentabilidade deve, definitivamente, entrar na pauta das discussões econômicas no Brasil, tanto no que se refere à preservação dos recursos naturais quanto a qualidade de vida nas cidades, relacionando práticas como o consumismo e mobilidade aos limites ecológicos. É fundamental que se crie uma agenda econômica nesse sentido.
- ✓ A questão energética deve estar integrada a este modelo. Investimentos como o pré-sal vão na contra mão deste conceito e não fazem sentido sob muitos pontos de vista.